



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Reformas Econômicas
Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação
Coordenação-Geral de Saúde e Comunicações

Voto: 27/2025/CGSCOM/MF

Processo SEI nº: 25351.810885/2024-84

I. RELATÓRIO

- O presente voto refere-se a Processo Administrativo instaurado pela Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), com o objetivo de apurar a oferta, pela empresa CIRURGICA MONTEBELLO LTDA, CNPJ 08.674.752/0001-40, do medicamento DIMORF (princípio ativo SULFATO DE MORFINA, na apresentação 10 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 1ML); por valor superior ao respectivo Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), à Secretaria de Estado da Saúde do estado do Rio Grande do Norte/RN, no Pregão Eletrônico nº 075/2021, realizado em 22 de setembro de 2021.
- Em investigação preliminar, a Secretaria-Executiva da CMED (SCMED) exarou a Nota Técnica nº 475/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 3072927), que apontou a oferta do medicamento supracitado, com valor superior ao permitido, perfazendo o total a maior de R\$ 60.916,06 (sessenta mil, novecentos e dezesseis reais e seis centavos).
- A empresa foi informada da abertura do processo por meio da Notificação nº 946/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 3082938), para apresentar sua defesa, na qual alegou, em síntese, que (SEI 3154858):
 - o item foi declarado fracassado por uma série de motivos, tendo em vista que o certame em questão se apresentou eivado de vícios. O primeiro deles refere-se ao fato de que o preço estabelecido não condiz com aquele efetivamente praticado à época;
 - a empresa adquiriu o item por valor superior ao estabelecido na Tabela CMED;
 - não pode a empresa responder pelo item devido a ausência de prova efetiva de dolo e de dano ao erário;
 - requer-se que a denúncia seja considerada insubsistente e seja arquivada sem a aplicação de qualquer penalidade;
 - expressa sua intenção em formalizar um Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC), a fim de evitar a continuidade do litígio, visando precipuamente o melhor atendimento ao interesse público e ao cumprimento das normas que regulamentam o mercado de medicamentos;
 - requer o reconhecimento da inexistência de dolo e/ou má-fé por parte da empresa, determinando o efetivo arquivamento;
 - requer que seja reconhecida que não houve nenhuma ilegalidade por parte da empresa, visto que não houve dano ao erário, bem como, o reconhecimento que os preços indicados para realização do certame se mostraram defasados, ensejando o fracasso do item;
 - requer que o laboratório Cristália seja convocado como corresponsável pelo valor ofertado pela empresa;
 - requer o deferimento no compromisso de ajustamento de conduta;
 - requer a aplicação de penalidade com observância ao princípio da proporcionalidade e de gradação das penas.
- Após defesa da empresa, a SCMED emitiu a Decisão nº 235, de 11 de setembro de 2024, (SEI 3168927), atestando a infração da empresa, por ofertar medicamento por valor superior ao PMVG, em descumprimento ao disposto pela Resolução CMED nº 02/2018, concluindo inicialmente pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R\$ 83.042,60 (oitenta e três mil, quarenta e dois reais e sessenta centavos).

CÁLCULO DE MULTA SOBRE OFERTA DE MEDICAMENTO POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (CAP e CONFAZ)									
Empresa:	CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA			Nº CNPJ	08.674.752/0001-40				
Processo Nº	25351.810885/2024-84			FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO				FAIXA E	
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		R\$	9.000.000,00	TOTAL DE MULTA A RECOLHER			R\$	83.042,60	
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA e até o trimestre (jan-24 a mar-24)	4,401114143	Total Multa em UFIR		18.869	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER			R\$	83.042,60
PRODUTO	Apresentação	Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização		Multa em R\$	
SULFATO DE MORFINA	10 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 1ML	09/2021	R\$ 60.916,06	R\$81.414,31	2,0%	Oferta	R\$ 83.042,60	83.042,60	

- Em adição, foram imputados os agravantes de risco de desabastecimento, por se tratar de medicamento constante da Resolução CTE-CMED nº 9, de 2 de julho de 2021, e prática infracional de dano coletivo ou difuso, por se referir a fármaco utilizado no âmbito das ações de enfrentamento à Covid-19 cuja infração de oferta por preço superior ao permitido ocorreu durante o período de vigência da pandemia ^[1]; previstos respectivamente nas alíneas “d” e “e”, inciso II, do art. 13 da Resolução CMED nº 2/2018.
- Por sua vez, em função da empresa não possuir condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, num prazo de cinco anos, incorporou-se a hipótese de atenuante de infrator primário, nos termos do art. 13, inciso I, alínea “a”, da supracitada Resolução; bem como a atenuante de caráter isolado, pois

houve a oferta de apenas um medicamento, nos termos do Art. 13, inciso I, alínea "b", do mesmo dispositivo.

- 7) Destarte, a presença de duas circunstâncias agravantes e duas atenuantes ensejou a cominação da multa pelo dobro de seu valor inicial deduzido subsequentemente de metade deste montante, de modo que a sanção pecuniária final restou idêntica à inicial, equivalente a R\$ 83.042,60 (oitenta e três mil, quarenta e dois reais e sessenta centavos).
- 8) Após subsequente notificação, a empresa interpôs recurso administrativo (SEI 3316234) no qual, além de reiterar os argumentos aventados em sede de defesa, aponta a inexistência nos autos de qualquer documento que comprove o risco de desabastecimento ou dano coletivo oriundo da falta do medicamento em questão, o que indicaria a necessidade de desconSIDERAÇÃO de ambos os agravantes; bem como indica que o fato ocorreu em meio à pandemia do Covid-19, durante a qual as condições de mercado do setor de saúde eram voláteis e a parametrização de preços de fármacos, em particular, restaria prejudicada.
- 9) A recorrente apresentou também, na mesma data do recurso, um requerimento de Celebração de Compromisso de Ajustamento de Conduta – CAC (SEI 3316231).
- 10) Por meio do Despacho nº 2.751/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 3330792), a SCMED recebeu ambos os instrumentos por entender presentes os requisitos de tempestividade, legitimidade, cabimento e interesse e, na sequência, sorteou o processo entre os membros do Comitê Técnico-Executivo (CTE) da CMED na 12ª Reunião Ordinária do CTE/CMED, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2024, cuja relatoria coube ao Ministério da Fazenda.

II. ANÁLISE

II.1 Análise do Compromisso de Ajustamento de Conduta – CAC

- 11) O art. 30 da Resolução CMED nº 2/2018 prevê que *"a CMED poderá, antes da instauração ou até o encerramento do processo administrativo, de ofício, ou mediante requerimento da parte interessada, na órbita de suas competências legais, com vistas ao melhor atendimento ao interesse público e à garantia de cumprimento das normas que regulamentam o mercado de medicamentos, celebrar Compromisso de Ajustamento de Conduta com os investigados ou infratores"*.
- 12) Nesse sentido, entende-se que a solicitação de CAC (SEI 3316231), é tempestiva, uma vez que foi apresentada antes da adoção de decisão final tomada no âmbito da CMED.
- 13) Importa ressaltar que, para que o CAC possa ser aceito, suas cláusulas devem cumprir as exigências previstas no art. 32 da referida Resolução, que dispõe:
Art. 32. O Compromisso de Ajustamento de Conduta será redigido de maneira clara, sendo certas e líquidas as obrigações nele pactuadas, devendo conter, dentre outras, as seguintes cláusulas:
I - Identificação completa das partes comprometentes e compromissárias;
II - Especificação da pendência, irregularidade ou infração e da fundamentação legal, regulamentar ou contratual pertinente;
III - Especificação do compromisso de ajustamento de conduta irregular, prevendo cronograma de prazos, metas e obrigações voltadas à regularização da situação da compromissária, bem como à prevenção de condutas semelhantes e à reparação de eventuais danos causados aos usuários;
IV - Especificação de compromissos adicionais que impliquem benefícios a usuários e à regulação do mercado de medicamentos, tendo como objetivo a execução de projetos selecionados a partir de rol de opções estabelecidas pela Secretaria-Executiva da CMED ou propostos pela compromissária;
V - Obrigação de prestação de informações periódicas à Secretaria-Executiva da CMED sobre a execução do cronograma de prazos, metas e obrigações do compromisso;
VI - Especificação das averiguações preliminares e dos processos administrativos a que se refere o compromisso de ajustamento de conduta;
VII - Forma de fiscalização da observância do compromisso;
VIII - Medidas administrativas e penalidades previstas para o caso de não cumprimento do cronograma previsto; e
IX - Vigência do compromisso de ajustamento de conduta, não podendo ser superior a 04 (quatro) anos.
- 14) Inicialmente, pode-se constatar que a empresa sequer propõe o pagamento de contribuição pecuniária, comprometendo-se simplesmente a não mais transgredir as normas do mercado de medicamentos. Nesse contexto, a substituição integral da multa pela obrigação de não cometer mais infrações - o que já consubstancia um dever da empresa - não se afigura razoável, especialmente quando se considera os custos incorridos pela Administração Pública com a condução dos processos concernentes à empresa.
- 15) Em adição, mesmo ao se cotejar o compromisso proposto pela recorrente de apresentar todos os documentos eventualmente requisitados pela CMED, e a restauração da multa original em caso de descumprimento, não se identifica no CAC proposto a especificação de um cronograma claro com prazos e metas a serem atingidas, que ratifiquem a real intenção da empresa de cumprir as normas aplicáveis ao mercado de medicamentos. Tampouco há forma de fiscalização do CAC delineada ou estipulação de compromissos adicionais que impliquem benefícios a usuários e à regulação do mercado de medicamentos.
- 16) Destarte, restam ausentes os itens III, VII e IV previstos no art. 32 da Resolução CMED nº 2/2018 e, por conseguinte, prejudicado o aceite da proposta apresentada de CAC.

II.2 Admissibilidade do Recurso Administrativo

- 17) Tendo em vista que a empresa tomou ciência da Decisão nº 235/2024 da SCMED em 29 de outubro de 2024, conforme Despacho nº 2751/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, e protocolou o recurso em 28 de novembro de 2024, considera-se tempestiva a interposição do mesmo, nos termos do art. 29 da Resolução CMED nº 2/2018.

II.3 Mérito

- 18) O presente Processo Administrativo abarca a inobservância das regras do mercado de medicamentos pela empresa CIRURGICA MONTEBELLO LTDA, na oferta de medicamento à Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte – SES/RN, por valor superior ao respectivo PMVG.
- 19) Preliminarmente, cabe destacar que a oferta e venda de medicamentos deve atender à toda regulamentação legal e infralegal vigente sobre o tema. Neste ponto, consoante art. 2º c/c art. 8º da Lei nº 10.742/2003, o descumprimento, por *"empresas produtoras de medicamentos, farmácias e drogarias, representantes, distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico"*, de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078/1990.

20) Nesse contexto, a Resolução CMED nº 2/2018 estabelece que:

“Art. 5º As infrações à regulação do mercado de medicamentos serão classificadas, segundo sua natureza, em 2 (dois) grupos:

(...)

II - infrações classificadas como quantificáveis:

a) ofertar medicamento por preço superior ao limite máximo aplicável ao caso;”

21) Destarte, resta incontestado que a regulamentação referente ao mercado de medicamentos aplica-se à toda a cadeia do setor, inclusive às empresas atacadistas ou distribuidoras, como é o caso da CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA.

22) No concernente à infração objeto do presente processo, o excerto da Resolução CMED nº 2/2018 reproduzido acima evidencia claramente que tanto a venda efetiva como a mera oferta de medicamentos por valor superior ao permitido constituem descumprimento à regulação vigente. Em suma, revela-se desnecessário que a oferta seja concretizada para que a prática da empresa seja considerada infração e, por conseguinte, seja cabível a aplicação de sanção, tanto que a Resolução CMED supracitada elenca formas de cálculo distintas para cada uma dessas infrações.

23) Doravante, observa-se que não procede a alegação da CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA de que a sanção instaurada pela CMED deveria ser desconstituída, porque não teriam sido infringidas as normas regulamentadoras aplicáveis.

24) Nesse diapasão, cabe destacar que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região assim se manifestou sobre a punição aplicada à empresa que apresentou proposta de venda de medicamentos sem a devida observância dos preços permitidos pela CMED:

“assim, diante da sabida natureza administrativa das tratativas contratuais em questão, o fato de a autora ter apresentado proposta com preços superiores aos permitidos, situação que a vincula definitivamente aos valores ofertados, consuma a sua intenção de vender os produtos em questão em desconformidade com a Resolução CMED nº 04/2006. Portanto, ainda que não tenha havido a venda dos produtos, houve o oferecimento de proposta formal vinculante que desrespeitava norma geral a que a autora estava submetida, motivo pelo qual não verifiquei qualquer ilegalidade, atipicidade ou desproporcionalidade na atuação realizada pela Administração”.^[2]

25) Efetivamente, a própria Orientação Interpretativa CMED nº 2/2006 explicita, em seu primeiro parágrafo, que “o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como **referencial** máximo o preço fabricante” (grifo do autor), ou seja, a cotação ou preço de referência (oferta), pelo qual posteriormente efetivar-se-á a venda, não poderá ser superior ao Preço Fabricante ou Preço Fábrica – PF.

26) Para além disso, a própria sistemática de cálculo de multas por inobservância aos limites estabelecidos pela CMED foi somente replicada pela Resolução nº 2/2018, uma vez que a metodologia foi desenvolvida originalmente ainda em 2013, no voto-vista nº 1/2013 CMED/SCTIE/MS^[3], de cuja conclusão tem-se o excerto “para que apure o valor da multa a ser aplicada a referida empresa com base na metodologia ora explanada, **a qual deve ser aplicada para calcular as multas subsequentes a serem impostas pela CMED**”. (grifo do autor).

27) Por sua vez, a alegação de que a infração foi cometida em contexto excepcional, da pandemia do Covid-19, durante a qual as condições de mercado eram mais voláteis, não significa obrigatoriedade de assunção de prejuízos aos agentes atuantes no setor de saúde, uma vez que não há compulsoriedade a entes privados na participação em quaisquer licitações. Contudo, uma vez manifestada sua oferta, a empresa aceita sabidamente o dever de observância às normas aplicáveis.

28) Inclusive, esse contexto justamente ensejou a aplicação das duas agravantes ao presente caso questionadas pela recorrente, relativas ao dano coletivo e ao risco de desabastecimento. Justamente pelo consumo em patamares sem precedentes dos insumos utilizados no tratamento da Covid-19, que se verificou o desabastecimento de vários medicamentos em nosso mercado, dentre eles o SULFATO DE MORFINA, constante do Anexo da Resolução nº CTE-CMED nº 9/2021, a qual elenca princípios ativos utilizados no combate ao SARSCoV-2.

29) De fato, o procedimento licitatório pela SES/RN para aquisição do citado medicamento restou malogrado (fl. 343) e os efeitos deletérios associados à incapacidade de combater uma epidemia resultantes de episódios semelhantes caracteriza inequivocamente o dano coletivo no processo em tela.

30) Destarte, aplica-se ao presente caso como referência base inicial de preço o Preço Fábrica (PF). Especificamente, o PF de R\$ 194,56 à alíquota de 18% de ICMS vigente para o estado do Rio Grande do Norte/RN seria reduzido primeiramente para o valor de R\$ 159,54, correspondente ao preço com isenção daquele imposto, conforme inclusão do medicamento SULFATO DE MORFINA no rol de fármacos com isenção de ICMS para vendas destinadas à Administração Pública constante do Convênio ICMS nº 87/2002, e alterações subsequentes, do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

31) Para além disso, sobre este último valor seria deduzido o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, previsto na Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011, e cuja aplicabilidade ao princípio ativo SULFATO DE MORFINA decorre da inclusão do mesmo na lista de medicamentos com incidência do CAP, conforme disposto pela Resolução CTE-CMED nº 6, de 27 de maio de 2021. Por fim, o percentual vigente do CAP resta estabelecido em 21,53%, consoante Resolução nº 5, de 21 de dezembro de 2020.

32) Desta forma, o valor máximo permitido no caso em tela (PMVG) seria de R\$ 159,54 – 21,53% x R\$ 159,54 = R\$ 125,19.

33) Partindo para a análise do caso concreto, verifica-se a autoria da CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA na infração descrita à Nota Técnica nº 475/2024 /SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 3072927), consubstanciada na oferta, em setembro de 2021, conforme ata do Pregão Eletrônico nº 75/2021, de:

a. 626 unidades do medicamento SULFATO DE MORFINA, na apresentação 10 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 1ML^[4], pelo valor unitário de R\$ 222,50, superior em R\$ 97,31 ao PMVG de R\$ 125,19.

34) Conforme estabelecido pelo art. 9, inciso IV, alínea “a”, da Resolução CMED nº 2/2018, a metodologia para cálculo da multa em caso de **oferta** de medicamento por valor superior ao permitido é a reproduzida abaixo:

$$Mo = a * (1 + i)$$

Onde:

Mo = multa apurada no processo administrativo para cada oferta;

a = diferença entre o valor ofertado e o preço CMED, por apresentação, multiplicada pela quantidade ofertada, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

i = índice de ajuste face à condição econômica do agente.

35) Por sua vez, o índice de ajuste face à condição econômica do agente é obtido a partir do enquadramento do faturamento anual da empresa na tabela abaixo:

Faixas	Faturamento médio no Brasil no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	10%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	7%
C	$25.000.000,00 \leq x < 50.000.000,00$	5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	4%
E	$x < 10.000.000,00$	2%

- 36) Conforme valores constantes do sistema DATAVISA, a CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA enquadra-se na faixa E supramencionada, cujo índice de ajuste face à condição econômica é de 2%.
- 37) Por sua vez, a CMED, com base na deliberação do CTE de 29 de junho de 2016 e na metodologia utilizada pela Gerência de Gestão da Arrecadação (GEGAR) da Anvisa, e seguindo recomendação da Controladoria Geral da União (CGU) emanada no Relatório CGU nº 201315441, passou a adotar a Taxa Selic como forma de atualização do faturamento auferido a maior à época da infração.
- 38) Destarte, aplicando-se a multa conforme porte econômico da empresa, no caso, de 2% correspondente a empresa de grande porte, de acordo com a metodologia supracitada, ter-se-ia o valor preliminar de R\$ 83.042,60 (oitenta e três mil, quarenta e dois reais e sessenta centavos) para a multa referente ao medicamento SULFATO DE MORFINA.
- 39) No tocante à dosimetria da sanção, conforme explanado anteriormente, pode-se verificar a presença do supracitado medicamento no rol de substâncias utilizadas no combate à COVID-19, elencadas pela Resolução CTE-CMED nº 9, de 2 de julho de 2021; fato este que, em conjunto com a constatação da infração ter sido cometida durante o período oficial de vigência da pandemia em nosso País, caracterizam as agravantes de risco de desabastecimento e dano difuso ou coletivo, previstas no art. 13, inciso II, alíneas "d" e "e", respectivamente, da Resolução CMED nº 2/2018.
- 40) Por sua vez, o arcabouço normativo consubstanciado na Resolução CMED nº 2/2018 permite evidenciar à recorrente que a **boa-fé objetiva é reconhecida e incorporada** à própria metodologia, ao prever expressamente atenuantes possíveis para eventuais infrações, sendo duas, caracterizando o maior abatimento possível no valor da multa final, aplicáveis ao presente caso.
- 41) Efetivamente, incorporou-se as atenuantes de primariedade, em função da empresa não possuir condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, num prazo de cinco anos; e de caso isolado, uma vez que se trata de oferta singular, de um único medicamento, conforme previsto nos termos do art. 13, inciso I, alíneas "a" e "b", respectivamente, da supracitada Resolução.
- 42) Assim, a tabela abaixo resume os agravantes e atenuantes aplicados ao caso e respectivo cálculo final:

Infração	Multa Base	Agravantes	Atenuantes	Multa Final
Oferta de 626 unidades de SULFATO DE MORFINA	R\$ 83.042,60	Risco de desabastecimento e dano coletivo ou difuso R\$ 83.042,60 + R\$ 83.042,60 = R\$ 166.085,20.	Primariedade e caráter isolado R\$ 166.085,20 – 1/2 R\$ 166.085,20 = R\$ 83.042,60	R\$ 83.042,60
Total	R\$ 83.042,60			R\$ 83.042,60

III. CONCLUSÃO

- 43) Ante todo o exposto, vota-se pelo conhecimento do recurso e proposta de compromisso de ajustamento de conduta e indeferimento no mérito de ambos, ratificando-se a multa cominada no valor final de R\$ 83.042,60 (oitenta e três mil, quarenta e dois reais e sessenta centavos).

RAFAEL SIQUEIRA BARRETO

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

PRISCILA GEBRIM LOULY

Coordenadora-Geral de Saúde e Comunicações

[1] A pandemia de Covid-19 vigorou oficialmente no País de 03/02/2020 a 22/04/2022, conforme estipulado pelas portarias a seguir: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm (início) e [Portaria-913-22-MS](#) (fim).

[2] Processo nº 22104-20.2011.4.01.3400. Seção Judiciária do Distrito Federal. Ação da 8ª Vara Federal. Decisão de 07/06/2011.

[3] Vide Processo nº 25351.054923/2010-62.

[4] O item 18 do Pregão Eletrônico nº 75/2021 (fl. 58) refere-se a 31.300 unidades do medicamento Sulfato de Morfina (ampolas), ou o equivalente a 626 embalagens de 50 unidades cada, o que perfaz o total de $626 \times 50 = 31.300$ ampolas.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Gebrim Louly, Coordenador(a)-Geral**, em 03/07/2025, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Siqueira Barreto, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em 04/07/2025, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51588669** e o código CRC **D557FF17**.